

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO**  
**INTRODUÇÃO AO PROJETO DE GRADUAÇÃO**  
**ORIENTADOR: Almir Francisco Reis**  
**ACADÊMICA: Gisele Cristina Pereira – 2131340**  
**Semestre: 2007/1**

## **Uma escola para Taquaras**

Florianópolis, 2007.

# SUMÁRIO

Introdução

Metodologia

1. Conceitos Temáticos

1.1. Educação

1.1.1. Conceito

1.1.2. Sistemas de Ensino

1.1.3. A Legislação e os Níveis de Ensino

1.1.4. Plano Estadual de Educação

1.1.5. Programa Escola Aberta

1.1.6. Educação Rural: Um Breve Histórico

1.1.7. Diagnósticos

2. Rancho Queimado

2.1. Breve Histórico

2.2. Rancho Queimado e a Educação

2.3. O Distrito de Taquaras em Rancho Queimado

2.4. A Escola EEB Roberto Schütz

2.5. Legislação Urbana

3. Algumas reflexões: Que Arquitetura é essa?

3.1. Arquitetura – onde?

3.2. Arquitetura – para quem, para quê e quando?

3.3. Arquitetura – como?

3.3.1. Em termos de funcionalidade

3.3.2. Em termos de linguagem arquitetônica

3.3.3. Em termos bioclimáticos e de eficiência energética

4. A Proposta

4.1. O Conceito

4.2. Programa de Necessidades

4.3. Estudos de Possibilidades

Considerações Finais

Referências Bibliográficas

## INTRODUÇÃO

Segundo Philippe Perrenoud(1973), “o ensino... é um sistema de ação, uma organização que transforma as pessoas, suas competências, assim como suas atitudes, suas representações, seus gostos. É um sistema que pretende instruir, exercer uma influência” <sup>1</sup>. Pode-se ainda dizer que educação é o processo por meio do qual conhecimento, hábitos, técnicas e o modo de ver o mundo de uma geração são passados às novas. Sendo assim, a educação é a base para o desenvolvimento do ser humano, quer como indivíduo, quer como sociedade.

A escola, qual instituição de ensino, é o lugar onde ocorre esse processo de transmissão de conhecimento, que tem o papel de formação do cidadão. Por desempenhar essa função, a escola torna-se um equipamento de grande importância social nas cidades. Esse equipamento, que pertence à comunidade, deve criar um valor sociocultural, com uma identidade de imagem arquitetônica para os moradores. Afinal é a “arquitetura do saber”.

Sendo assim, este trabalho visa estudar e propôr uma arquitetura escolar adequada às condições e ao contexto de Taquaras (Rancho Queimado), e atraente à sua comunidade de modo a se apropriar desse espaço público. Uma arquitetura que possibilite à escola atuar como equipamento de cultura e lazer. Que possibilite a concretização da educação.

---

<sup>1</sup> PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmentos de uma Sociologia do Fracasso**. 2º Edição. Tradução: Cláudia Schilling. Artmed Editora. Porto Alegre, 2001.

## **METODOLOGIA**

Para que o objetivo deste trabalho seja alcançado, a metodologia adotada consiste em cinco passos.

→ Pesquisas bibliográficas e digitais acerca dos seguintes temas: educação, arquitetura escolar e referências de projeto;

→ Caracterização do terreno e do lugar no qual se insere com levantamentos e busca de mapas, plantas e levantamento fotográfico;

→ Algumas reflexões a respeito da arquitetura a ser perseguida neste projeto;

→ Definição de um conceito e do programa de necessidades;

→ Lançamento do projeto com maquete.

# 1. CONCEITOS TEMÁTICOS

## 1.1. EDUCAÇÃO

### 1.1.1. CONCEITO

“Ação exercida pelas gerações adultas sobre as gerações jovens para adaptá-las à vida social; trabalho sistematizado, seletivo e orientador, pelo qual nos ajustamos à vida de acordo com as necessidades, ideais e propósitos dominantes; aperfeiçoamento de todas as faculdades humanas” <sup>[2]</sup>. Assim é definido o termo educação no Dicionário Aurélio. Tal definição indica que há, pelo menos, duas idéias centrais envolvidas: **ensinar**, que significa instruir, transmitir conhecimento, e **socializar**, ou transmitir normas de conduta na sociedade.

Enquanto socialização, a educação depende primariamente da família. Esta exerce influência educativa à medida que sua cultura se exterioriza no seu comportamento. Além disso, a família ainda desempenha um papel de suporte psicológico, do qual dependerão as possibilidades de desenvolvimento do indivíduo em formação.

Para aqueles que têm maior formação na área da Pedagogia, a educação é um processo de desenvolvimento das potencialidades pedagógicas do aluno, muitas vezes, não levando em conta suas necessidades e particularidades. Isso mostra que o conceito de Emile Durkheim para educação, embora em desuso, ainda se mostra presente. Para Durkheim <sup>[3]</sup>, a educação é uma “ação unilateral dos velhos para os novos e enquanto determinismo social sobre o individual”. Apesar de difundido em muitas instituições de ensino, muitos pesquisadores da pedagogia contrariam tal conceito. O pedagogo Paulo Freire defende a maior interação entre docência e discência, onde o educando participa ativamente na sua formação. Deixa de ser um ouvinte passivo a quem se transmite conhecimento. Freire diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção... é ensinar a pensar certo” <sup>[4]</sup>.

---

<sup>2</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. 11<sup>o</sup> Edição. Editora Gamma.

<sup>3</sup> CARIA, Telmo Humberto L.. Perspectiva sociológica sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias. **Sociologia – Problemas e práticas**. Vila Real: Celta, n. 12, out. 1992.

<sup>4</sup> FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 9<sup>o</sup> Edição. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1998.

Um terceiro aspecto da educação, não menos importante, está relacionado ao seu objetivo que, segundo René Hubert <sup>[5]</sup>, é “conduzir o ser ao ponto em que ele não sinta mais a necessidade de tutela. Ela se completa quando o indivíduo é capaz de fazer-se a si mesmo...”. É nesse ponto que começa “a verdadeira educação, do ser por si mesmo, a que não se interrompe com o seu acesso à maturidade”.

### **1.1.2. SISTEMAS DE ENSINO**

O sistema de ensino adotado por uma instituição de ensino é o que determina sua filosofia de trabalho, sua metodologia e seus princípios didático-pedagógicos. É o que define como o conhecimento vai ser transmitido ao aluno, o que vai ser transmitido e como os alunos serão estimulados a receber o conhecimento.

Em nosso país não existe um sistema único adotado por todas as escolas espalhadas pelo território. Sendo assim, as escolas têm direito à livre escolha do sistema de ensino que pretendem adotar. O que se percebe é que as escolas privadas adotam sistemas de ensino próprios, criados ou não pela própria instituição. Já as escolas públicas não têm um sistema definido, como consta na lei. O que talvez contribua para isso são as constantes mudanças nas políticas educacionais, o que as impossibilita formular práticas pedagógicas para longo prazo.

Apesar da “permissão” que as instituições têm quanto ao sistema a ser adotado, o que acontece é que as escolas, de maneira geral, acabam por seguir aquele em que o professor é a parte central e o aluno deve absorver o conhecimento passado. Ao final dessa transmissão de conhecimento, o aluno passa por um processo de avaliação.

Porém, outras correntes pedagógicas propõem sistemas diferenciados não mais centrados no professor. Nestes o aluno é estimulado a desenvolver sua capacidade de interpretar a existência. Dentre esses, podem ser citados dois sistemas que se destacam: o Montessori e o Waldorf.

O Sistema Montessori, voltado principalmente à pré-escola e aos primeiros anos do ensino fundamental, surgiu a partir dos estudos realizados pela italiana Maria Montessori (1870 – 1952). Sua formação como médica orientou seu trabalho mais para o lado biológico

---

<sup>5</sup> FIGUEIREDO, J.C.. Fundamentos históricos e filosóficos da educação. **Traité de Pédagogie générale**. Edições Júpiter. Belo Horizonte, 1973.

do que para o lado social. A atividade, a individualidade e a liberdade constituem os princípios básicos do sistema Montessori. A liberdade era um princípio básico visto ser condição de expansão da vida. Esse conceito influenciava a organização do ambiente e o comportamento das crianças em sala, que deviam manifestar-se espontaneamente. O Sistema prega que as escolas devem ser ambientes de educação para a vida. Prioriza a estimulação sensorial e intelectual, tendo em consideração as diferenças individuais dos alunos.

O Sistema Waldorf desenvolvido por Rudolf Steiner (1861 – 1925), diferente do sistema Montessori, abrange desde a pré-escola até o ensino médio. Os estudos de Steiner se basearam na observação sensorial do homem. A partir dessa observação, ele descreve a natureza humana e o modo de o homem ver o mundo ao longo dos anos. Dividindo a vida jovem em três fases de sete anos, Steiner estuda os sentimentos, o comportamento e as necessidades ou anseios da criança. A partir disso, se define como deve ser o educador e como a educação deve ser direcionada para cada fase. “Não se trata de adaptar os alunos para viver em sociedade, às circunstâncias colocadas por ela, e sim, um currículo que esteja voltado para as necessidades evolutivas do ser humano como tal, preparando-o para ser ele mesmo”<sup>[6]</sup>. O sistema busca suprir o pensar, o sentir e o querer, atingindo o homem como um todo. Além disso, os professores são livres e responsáveis pelos seus procedimentos pedagógicos.

### **1.1.3. A LEGISLAÇÃO E OS NÍVEIS DE ENSINO**

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996) que rege a educação, esta abrange processos formativos que ocorrem em diversos campos da vida do cidadão, como na família, na convivência humana, em estabelecimentos escolares, em manifestações culturais. A educação escolar, que é objeto de estudo nesse trabalho, tem por finalidade o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Portanto, deverá estar sempre vinculada ao mundo do trabalho e à prática social.

---

<sup>6</sup> **Rudolf Steiner.** <<http://www.centrorefeducacional/waldorf.htm>>.

Embora subordinados às disposições formuladas pelo Ministério da Educação, compete aos Estados elaborar e executar políticas educacionais concordantes com as diretrizes e planos nacionais, integrando e coordenando suas ações e as de seus municípios. A Lei ainda prevê a coexistência do ensino público e do ensino privado, estando este último também obrigado a cumprir normas gerais da educação nacional.

No Brasil, a educação escolar é dividida em níveis e compõe-se de: (1)**Educação Básica** e (2)**Educação Superior**. A chamada Educação Básica ocorre desde o primeiro contato da criança com a escola, já nos primeiros anos da vida, até atingir a formação necessária para que se possa exercer a cidadania e progredir no trabalho ou em estudos posteriores. Com a aprovação da Lei nº 11274/06, os níveis da educação básica ficaram assim estabelecidos: Educação Infantil, que atende crianças de 0 a 5 anos; Ensino Fundamental, para crianças de 6 a 14 anos (anterior a essa lei, o ensino fundamental iniciava-se aos sete anos, não aos 6); e Ensino médio, dos 15 aos 17 anos. Aprovada no ano de 2006, a lei passa a vigorar no próximo ano letivo. Portanto, as estatísticas, índices e análises neste trabalho são anteriores a esta lei. Não se pode, ainda, analisar os impactos da nova lei na educação brasileira.

Para cada nível de ensino, a lei descreve seus objetivos e finalidades. A Educação Infantil não tem por objetivo uma avaliação classificatória. Antes, busca o desenvolvimento integral da criança em aspecto físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Trata-se de um acompanhamento do aluno para fins de registro.

O Ensino Fundamental prevê a formação básica de um sujeito cidadão. Neste nível, o que se espera do educando é que alcance o domínio da leitura, da escrita e do cálculo. Por meio da tecnologia, da política e das artes, que compreenda o mundo natural e social. O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem e um reforço à compreensão dos valores sociais também são expectativas nesta etapa. A garantia do ensino fundamental gratuito e obrigatório é dever do Estado.

O Ensino Médio visa a consolidação e o aperfeiçoamento do conhecimento obtido no ensino fundamental. É quando a teoria se aproxima da prática, e relação entre elas se torna mais clara. Com a obrigatoriedade das disciplinas de Filosofia, Sociologia e Artes, instiga-se no aluno o despertar da ética, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, preparando-o para o trabalho e a cidadania.

Quanto aos currículos do ensino fundamental e do ensino médio, devem ter uma base nacional comum que cada sistema de ensino e estabelecimento escolar pode complementar por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura e da economia.

A educação básica pode ser continuada, por necessidade ou interesse, com o ingresso no Ensino Superior ou na Educação Profissional. Esta não precisa ocorrer necessariamente após a conclusão da educação básica, mas pode ocorrer simultaneamente a outras etapas do aprendizado.

Para aqueles que foram impossibilitados, por motivos diversos, de cursar a escola na idade regular, a lei prevê a Educação de Jovens e Adultos. Muito embora as idades definidas para cada nível de educação sejam consideradas ideais e previstas para os estudantes.

#### **1.1.4. PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

O atual Plano Estadual de Educação de Santa Catarina (2004) consubstancia-se nos ditames legais na lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Lei 10177/01 – Plano Nacional de Educação, além do Plano de Governo do Estado de Santa Catarina 2003/2007.

A elaboração deste Plano teve a participação efetiva de diversas entidades e segmentos representativos da educação no Estado. O processo iniciou-se formal e oficialmente em 18 de julho de 2003 através de um Seminário Estadual que teve por objetivo chamar as entidades públicas para debater o plano, propor e aprovar o regimento e cronograma de sua elaboração.

A discussão e elaboração deste plano deveriam mobilizar amplamente a sociedade catarinense, produzindo profundas mudanças e inovações na educação e, em especial, no posicionamento político-pedagógico do governo.

O resultado desta discussão foi um documento que, dividido por nível de ensino, apresenta um diagnóstico da atual situação da educação no estado. A partir deste diagnóstico foram geradas diretrizes específicas que visam o aprimoramento e a correção dos principais problemas enfrentados em cada situação.

A educação infantil, mesmo que não seja obrigatório o oferecimento, é um direito de todas as crianças. A expansão da oferta desta se faz necessária, visto que apenas 32,72%

das crianças catarinenses são atendidas. Sua expansão cabe aos municípios, com o apoio das esferas federal e estadual. Outro aspecto significativo da atual situação da educação infantil em Santa Catarina refere-se à qualificação de profissionais. Há poucos anos a Secretaria de Educação e Inovação do Estado deu início ao curso de Habilitação Profissional em Educação Infantil. Foi a partir de então que muitos profissionais da educação infantil passaram a se qualificar para tanto.

A partir deste diagnóstico reafirmou-se a necessidade do estabelecimento de uma política de educação infantil catarinense, de modo a contribuir com a expansão e a qualificação do atendimento em creches e pré-escolas. Sendo de responsabilidade dos municípios oferecer Centros de Educação Infantil de qualidade, públicos e gratuitos, democráticos e inclusivos, uma das principais diretrizes do plano é fortalecer nos municípios a concepção de educação infantil como primeira etapa da educação básica, buscando consolidar a melhoria da qualidade e do atendimento em creches e pré-escolas.

No âmbito do ensino fundamental, Santa Catarina apresenta aspectos referentes à universalização e índice de permanência nas escolas significativo, chegando a 97,99% em 2003, na faixa etária dos sete aos quatorze anos. Mas, ainda há crianças fora da escola por motivos que variam entre político, social, econômico e cultural. Além disso, são necessárias políticas que garantam o acesso a uma escola de qualidade, possibilitando a todos os alunos a apropriação do conhecimento. Isso gera um outro problema destacado no plano que é a distorção idade/série ocasionada pelo alto índice de reprovação. Dentre as diretrizes afirmadas no plano, destacam-se o acesso universal a um ensino fundamental de qualidade, a ampliação da jornada de escolar para turno integral e a oferta do ensino fundamental rural.

Tendo sido incluído na Educação Básica em 1996 com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o que se percebe na procura pelo Ensino Médio é um aumento bastante significativo. Alguns fatores contribuem para isso: (1) o atendimento da quase totalidade das crianças no ensino fundamental, (2) a expansão dos cursos supletivos de ensino fundamental, (3) a oferta de cursos de ensino médio noturno, (4) a implantação dos programas de correção de fluxo do ensino fundamental, (5) o retorno de quem concluiu o fundamental há mais tempo e busca maior nível de escolaridade. Mas, assim como no ensino fundamental, a taxa de alunos com a distorção idade/série ainda constitui um grande problema para este nível do ensino. Assim, o estado estabelece como meta a garantia ao acesso e permanência com qualidade dos jovens catarinenses no ensino médio nos períodos

diurno e noturno. Replanejar as estruturas físicas e pedagógicas do ensino médio para que sejam compatíveis com as previsões de matrícula, que considere não só a demanda, mas também as taxas de retorno do jovem à escola.

O plano ainda trata de aspectos relacionados à educação no meio rural, apresentando diagnóstico e diretrizes do estado para tal. Mas, estes aspectos serão abordados noutra parte deste trabalho.

### **1.1.5. PROGRAMA ESCOLA ABERTA**

Elaborado pela Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, o “Programa Escola Aberta à Cultura e Cidadania” é “um processo de inovação da educação de qualidade no Estado”, conforme descrito por seus idealizadores. Sugere a abertura dos portões da escola aos finais de semana para oferecer à comunidade atividades culturais, artísticas, esportivas, recreativas e de qualificação profissional. Dessa forma, a escola tem seus espaços e equipamentos então ociosos apropriados pela população.

Com a implementação do projeto, a escola vai ampliar sua função, criando espaços para a comunidade. Disponibilizando sua infra-estrutura física, seus recursos tecnológicos e seu acervo bibliográfico. Deverá também mobilizar àqueles qualificados para a administração do projeto na escola, sejam eles profissionais da educação, voluntários ou parcerias.

O programa deve oferecer atividades que proporcionem ao participante a construção e ampliação de sua cultura e cidadania para melhor compreender a realidade social. Assim, possibilita a concretização da educação e amplia a relevância de seu papel qual centro de cultura e cidadania.

As atividades devem ser propostas pelas comunidades escolares e garantir: o aumento das oportunidades e alternativas de manifestação cultural e exercício da cidadania, a articulação entre a escola e a comunidade, a preservação do patrimônio físico e cultural das escolas e a ampliação dos espaços de convivência da comunidade.

Algumas atividades, divididas por temas, são propostas pela Secretaria de Educação:

→ Educação: laboratório de ciências da Natureza, de línguas estrangeiras, projetos de pesquisa, sala de leitura, etc.

→ Esportes: futebol, tênis, vôlei, capoeira, xadrez, ginástica, atividades recreativas, etc.

- Cultura: música, coral, teatro, videoteca, dança, etc.
- Educação e Trabalho: informática, marcenaria, culinária, reciclagem de materiais, etc.
- Educação Ambiental: ajardinamento, hortas agroecológicas, trilhas ecológicas, cultivo de mudas frutíferas, etc.
- Família e Escola: grupo de estudo para pais, grupo de idosos, etc.
- Ética e Cidadania: legislação, educação sexual, diversidade cultural, etc.
- Promoção da Saúde: saúde escolar, reeducação alimentar, etc.

### **1.1.6. EDUCAÇÃO RURAL: UM BREVE HISTÓRICO**

A preocupação em se disponibilizar o ensino em áreas rurais surgiu no fim do segundo Império. Seu desenvolvimento através da história reflete as necessidades que surgiam em cada momento. Na República, o ideário de educação popular traduzia-se no ensino básico, público, gratuito e obrigatório. Mas isso se limitava ao perímetro urbano, pois o ensino rural mantinha-se em segundo plano.

No período da primeira República, a criação de escolas nas fazendas e sítios deve-se aos “coronéis” que visavam a escolarização para seus interesses políticos. As escolas eram estabelecidas por onde havia fazendeiros ou políticos que as desejassem, não necessariamente onde houvesse a necessidade. A escola nem sempre ia atrás da população, o inverso era o que ocorria. Persistia a idéia de que o homem do campo não precisava de escolaridade ao mesmo nível que o homem da cidade. Por isso, as escolas rurais disponibilizavam apenas os três primeiros anos do ensino primário.

O problema da educação no meio rural, sobretudo em Santa Catarina, tornou-se mais evidente após o início do movimento imigratório. Alemães e italianos que aqui chegavam, se reuniam em comunidades segundo a nacionalidade, formando grupos sociais culturalmente homogêneos. Essa população de imigrantes constituía uma “ameaça à integridade nacional”.

A escolarização das crianças de zona rural que não tinham acesso às escolas da cidade só passou a ser preocupação real do Estado quando os imigrantes, que trabalhavam nas áreas rurais, em seus núcleos coloniais, preocupados com a instrução dos seus filhos criaram suas próprias escolas, ensinando-lhes a língua e a cultura que lhe eram próprias. Conservavam-se alheios ao nosso país. Impulsionado pelo movimento de nacionalização da

educação, em 1917 a União decreta o fechamento das escolas “estrangeiras” nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde não se ensinava eficientemente o português.

Apesar de estarem em evidência, as escolas rurais mantêm-se em estado de extrema precariedade de funcionamento. A freqüência dos alunos às aulas representava (e continua a representar) um grande desafio. O não comparecimento às aulas dependia das condições em que se realizava o trabalho agrário, especialmente em de colheitas. Os professores usavam de certos recursos para controlar a freqüência e não prejudicar o rendimento dos alunos como o revezamento das faltas entre os filhos, conversas com os pais, busca de alunos faltosos, reforço, atendimento individualizado, aulas extras para alunos mais fracos após o período das aulas.

A partir da terceira década do século passado, houve um “renovado” interesse pelas escolas rurais que surge com a nova política do governo num processo de industrialização. Em 1937, cria-se a Sociedade Brasileira de Educação Rural com o objetivo de expandir o ensino e preservar a arte e o folclore rural. A missão do professor era demonstrar as “excelências da vida no campo”, convencer o homem a permanecer ali.

Já nos anos 40, estudos continuam apontando fatores como a baixa produtividade do ensino expresso pelos altos índices de evasão e repetência, baixo nível de qualificação dos professores, péssimas condições das instalações escolares, falta de material e equipamentos como grandes colaboradores para a precariedade do ensino rural. É claro que não se pode desconsiderar a contribuição de determinantes econômico – sociais da estrutura agrária para que a educação esteja nessa situação.

Na década de 1980, através do MEC, o governo volta novamente sua atenção para educação rural. Talvez isso não passe de um discurso, pois o que continua visível é que pouco tem sido feito para superar e compreender escola rural, buscando alternativas e possibilidades.

“... por mais bonita e romântica que possa parecer a cena de uma ‘professorinha leiga’ à sombra de uma gameleira, ensinando as crianças sentadas na relva e escrevendo com carvão em tábua de madeira branca, é preciso admitir que sombra de árvore não é banco de escola, carvão e tábua de madeira não são giz e quadro. O ditado popular ‘ruim com ela, pior sem ela’ não pode mais persistir para as crianças roceiras”. (FONSECA, 1987)

### **1.1.7. DIAGNÓSTICOS**

#### **EDUCAÇÃO NO BRASIL**

Uma educação deficitária em que o Ensino Superior destaca-se sobre a Educação Básica devido sua qualidade relativa é o que oferece o governo aos cidadãos brasileiros. A consequência disso é a crescente procura pelo ensino fundamental e médio em estabelecimentos escolares pagos que possibilitam a educação Superior em Universidades públicas. Ao formar alunos de maneira precária, o governo continua a privilegiar, com seus investimentos no ensino superior, uma minoria que tem acesso ao ensino de instituições privadas.

O que acontece hoje no ensino pago é a tendência ao aparecimento do “ensino-espetáculo” com aulas ministradas para turmas super-dimensionadas – que distanciam o aluno do professor – e usadas para a autopromoção da escola. Nestes casos, a educação deixa de ser uma forma de desenvolvimento e aprendizado para a vida e se resume ao acúmulo de conhecimentos futuramente avaliados em concursos como o vestibular. Não pretende a formação, mas a aprovação que garantirá ao aluno uma vaga na Universidade pública, e ao estabelecimento, o primeiro lugar no ranking de aprovações e a propaganda do próximo ano.

O aumento considerável daqueles que optam pelo ensino privado tem provado o fracasso da educação pública em formar crianças e adolescentes para uma vida social e a um futuro profissional ou acadêmico. Alguns chamam isso de crise ou decadência do ensino público. A verdade é que a situação não é nada favorável. A qualidade do ensino é medida pelos mínimos obrigatórios, não por metas desejadas. Falta infra-estrutura adequada e os equipamentos existentes são, muitas vezes, ultrapassados. Os alunos não são estimulados a aprender, a experimentar e a criar. Nas aulas, se limitam a expectadores passivos. Aos professores, salários baixos, falta de condições de trabalho e a desvalorização da profissão. Os de maior competência e melhor formação migram para escolas privadas. Os demais lecionam desmotivados. A estes, juntam-se professores temporários, muitas vezes, ainda em formação.

## **EDUCAÇÃO NO MEIO RURAL**

Mais do que um perímetro não urbano, o meio rural é um espaço de possibilidades que dinamizam a ligação do homem, com a produção das condições de existência social e com as realizações da sociedade. Embora a imagem mais comum que se tem do campo seja a de um ambiente agropecuário, onde fazendas, sítios, plantações e animais façam parte do cenário, o rural é mais que isso. Compreende florestas, minas, espaços pesqueiros, espaços ribeirinhos e espaços extrativistas. Essa diversidade econômica e também cultural é o que destaca a identidade do local.

Em Santa Catarina, as áreas rurais são parcela bastante significativa do território, que ganham força em relação direta com a população. Isto assim se dá porque na estrutura fundiária peculiar no estado, pequenas e médias propriedades representam grande parte do território rural. O recorte territorial deste trabalho apresenta essa característica em municípios predominantemente rurais, que concentram uma população em idade escolar que anseia por atendimento, mas o recebe de forma deficiente.

A legislação nacional prevê a oferta de educação básica para a população rural. Neste caso, os sistemas de ensino deverão promover as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região. Tais adaptações devem ocorrer nos conteúdos curriculares e metodologias, que devem ser apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; e na organização escolar, o que inclui adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas. Além disso, espera-se a adequação do ensino à natureza do trabalho na zona rural.

Grande parte da educação rural no estado está sob a responsabilidade dos municípios que, em muitos casos, não oferecem condições adequadas de escolarização. Dentre as dificuldades enfrentadas para se obter educação no meio rural pode-se citar a acessibilidade ao estabelecimento escolar. Com propriedades extensas, as distâncias se tornam maiores. As estradas esburacadas e de “chão batido” tornam a viagem demorada e tortuosa. As pequenas escolas, com alunos ainda muito jovens para grandes deslocamentos, conferem maior descentralização que as grandes instituições. Todavia, muitas dessas pequenas escolas não oferecem um ensino seriado como nas escolas tradicionais.

Essas pequenas escolas multisseriadas, também conhecidas como Escolas Isoladas, às vezes possuem apenas um professor que ministra suas aulas para crianças em idade e

estágio de aprendizagem diferentes simultaneamente. Desse modo, a elaboração de um programa didático-pedagógico fica dificultada. Além disso, tais escolas atendem somente as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental.

Esse fato gera uma terceira dificuldade a ser enfrentada. O acesso às demais séries do ensino fundamental e ao ensino médio só é possível em instituições maiores, geralmente estaduais. Entretanto, municípios em que predomina a área rural, não raro, contam com apenas uma escola que disponibiliza o ensino médio. Esta, localizada no distrito-sede, normalmente não dispõe de vagas suficientes para todas as crianças e adolescentes em idade escolar.

Conforme o Plano Estadual de Educação, apesar de certo avanço alcançado neste século em relação à universalização do acesso à educação na zona rural, a cristalização do movimento de urbanização tem aumentado o antagonismo entre o campo e a cidade. Sendo assim, a taxa de analfabetismo entre jovens de 10 aos 14 anos chega a 3,2% da população rural, ao passo que na cidade essa taxa não ultrapassa 0,8%. O contexto educacional ainda coloca a população rural em condições desiguais.

A contextualização rural no ensino e a garantia de oportunidades iguais para a população rural e urbana já são algumas diretrizes estaduais para este setor. Quanto às Escolas Isoladas, já existe a intenção de se pôr fim a elas. Porém, como o atendimento às primeiras séries do ensino fundamental é responsabilidades da esfera municipal, esse tipo de instituição persiste.

### ***Uma classe multisseriada: o cenário...***

*“Um grupo de, aproximadamente, 15 crianças chega à escola. Suas idades variam de 6 a 14 anos. Já caminharam bastante, distâncias que variam de 200 metros a 4 quilômetros. Apesar da caminhada, as crianças, de várias idades, vêm conversando e brincando, às vezes brigando e cansadas pelo trabalho já feito. À espera pelo início das atividades é um momento de brincadeira e descontração. A professora vem chegando também já andou um pouco – do ponto do ônibus ou de sua casa até à escola.*

*Abrem-se portas e janelas. (...) A sala de aula é composta por poucos objetos. Além das carteiras dos alunos e da mesa da professora, tem um armário pequeno, um varal e uma pequena estante. O material guardado são livros didáticos de anos anteriores, alguns livros de literatura infantil e outros materiais diversos.*

*Nas paredes, há a fotografia do Prefeito do Município, uma cruz ou algo similar, algum mapa, trabalhos das crianças expostos e algum material didático, geralmente para a primeira*

série. As crianças tiram seus sapatos e colocam chinelos ou ficam descalças, para facilitar a limpeza que será feita no final do período.

A professora vai para a cozinha. Define o lanche que será servido e toma as primeiras providências. Pensa em como gostaria de alguém que se responsabilizasse por esta tarefa...

Ao mesmo tempo, as crianças se acomodam em suas classes enfileiradas. Cada um já sabe o seu lugar. Embora a sala seja única, paredes invisíveis se erguem para que os alunos sejam classificados, divididos. Isso é necessário para que se efetive o processo ensino aprendizagem.

A aula inicia com uma oração e a professora passa a distribuir as atividades. Geralmente, a professora dá as atividades para os de 3° e 4° série, segundo um livro didático disponível. (...) Abre o livro e procura o conteúdo previsto para aquele momento. (...)

Passa a lição para os da 2° série e vai atender a 1° para quem tem de dispor de mais tempo. Sua preocupação com os alfabetizando tende a ser maior, tanto porque na sua formação foi estudado pouco sobre a questão, como pela série de dificuldades enfrentadas pelos alunos. (...)

Se há correções de deveres de casa a serem feitas, a professora as faz conforme vai passando pelas séries. Embora seja importante a atividade de reforço que as crianças levam para fazer em suas casas, o que possibilita os pais acompanharem um pouco do processo escolar, elas precisam ser bem dosadas. A maioria das crianças desempenha o papel de auxiliar nas tarefas domésticas ou da lavoura (...).

O conteúdo do dia é explorado série por série e, enquanto isso é feito numa turma, as outras dedicam-se aos exercícios de memorização...determinada pela professora. Estes conteúdos obedecem ao chamado "rol dos conteúdos mínimos" de cada série e são distribuídos pelos órgãos centrais. Às vezes, os conteúdos são difíceis e tão desligados da realidade que é preciso muito esforço para torná-los compreensíveis. (...)

Ao mesmo tempo em que tudo isso acontece na sala de aula, de vez em quando um aluno vai até à cozinha para ver como vai o lanche. A professora também faz isso sistematicamente.

No intervalo, após comerem o lanche, duas ou três crianças permanecem na cozinha para realizarem a limpeza do local e as outras vão para o pátio brincar. Nesse momento, desaparecem as paredes invisíveis que não permitia a interação entre as crianças das várias séries. (...)

A professora aproveita para colocar em dia a papelada burocrática da escola, que, em geral, é muita: são livros de matrículas, de notas e frequência, diário de classe, levantamentos para órgãos públicos, concursos, Associação de Pais e Professores...

Hoje é dia de Educação Física, então a professora dá as bolas e cordas para as crianças, leva-as ao campo de futebol da comunidade e sugere alguma brincadeira. Às vezes, algumas corridas e exercícios de ginástica para aquecer. Depois as crianças brincam (...).

Quando termina atividade, dado o sinal da professora, as crianças voltam para a sala de aula e a professora continua sua distribuição de conteúdos e atividades.

As crianças que terminam suas atividades e aguardam a orientação da professora para continuar seus afazeres, podem ajudar os colegas da sua série ou fazer uma leitura extra ou outro exercício qualquer.

Termina a aula. As crianças recolhem o material, varrem e lustram a sala, fecham janelas e portas, colocam seus calçados e partem. A professora também vai para casa. Mais um dia se passou. Ela se sente solitária. Não há com quem dividir os problemas que surgiram

*durante o período, suas dúvidas sobre o comportamento de alguns alunos, ditos de “aprendizagem lenta”, a incompreensão de certos itens do conteúdo, que ela reconhece que não conseguiu explorar devidamente, a “raiva” com os eternos papéis a serem preenchidos... E ela pensa: “Amanhã é outro dia”.<sup>[7]</sup>*

...

---

<sup>7</sup> FERRI, Cláudia. **Classes Multisseriadas: que Espaço Escolar é esse?** Florianópolis: UFSC, 1994 (Dissertação de Mestrado).

## 2. RANCHO QUEIMADO

### 2.1. BREVE HISTÓRICO

Uma picada aberta em 1787 pelo Alferes Antonio da Costa, primeira ligação entre a serra e o litoral do Estado, foi responsável pelo surgimento de diversas cidades, entre elas **Rancho Queimado**. Além dos tropeiros que, ao transportar rebanhos e produtos manufaturados do Interior para a capital, pernoitavam no local, Rancho Queimado também recebeu moradores da antiga colônia de São Pedro de Alcântara, então Distrito de Sahy, quando estes se espalharam pela região. Com a necessidade de se proteger esses caminhos dos índios que habitavam a região, iniciou-se sua colonização em 1822, com colonizadores vindos da Europa, em maior parte da antiga Prússia. Estes iniciaram o cultivo do solo e o desbravamento desta terra desconhecida.

*“No ponto de pouso, em função de sua localização geográfica estratégica, os tropeiros tinham um velho rancho, usado para descanso dos homens e alimentação dos animais. Conta-se que, numa viagem, alguns tropeiros por descuido, haviam deixado algumas brasas acesas, que, com o forte vento, alastraram-se por todo o rancho, queimando-o totalmente. A partir de então, quando alguém referia-se a algum fato, ou mesmo, algum acontecimento nas imediações, davam como referencia o rancho queimado. Com o decorrer dos anos, desenvolveu-se um pequeno núcleo populacional no local e, como era um ponto de referencia usada pelos antigos viajantes, o mesmo passou a ser chamado “Rancho Queimado”, reverenciando assim a memória dos antigos viajantes/tropeiros que ajudaram a desbravar esta região do solo catarinense.”*

A 65km da capital Florianópolis, Rancho Queimado conserva as tradições e costumes alemães. É comum, principalmente entre os mais antigos, presenciar conversas em alemão ou num português com forte sotaque. As crianças, desde pequenas, freqüentam aulas de alemão pra não esquecerem suas raízes.

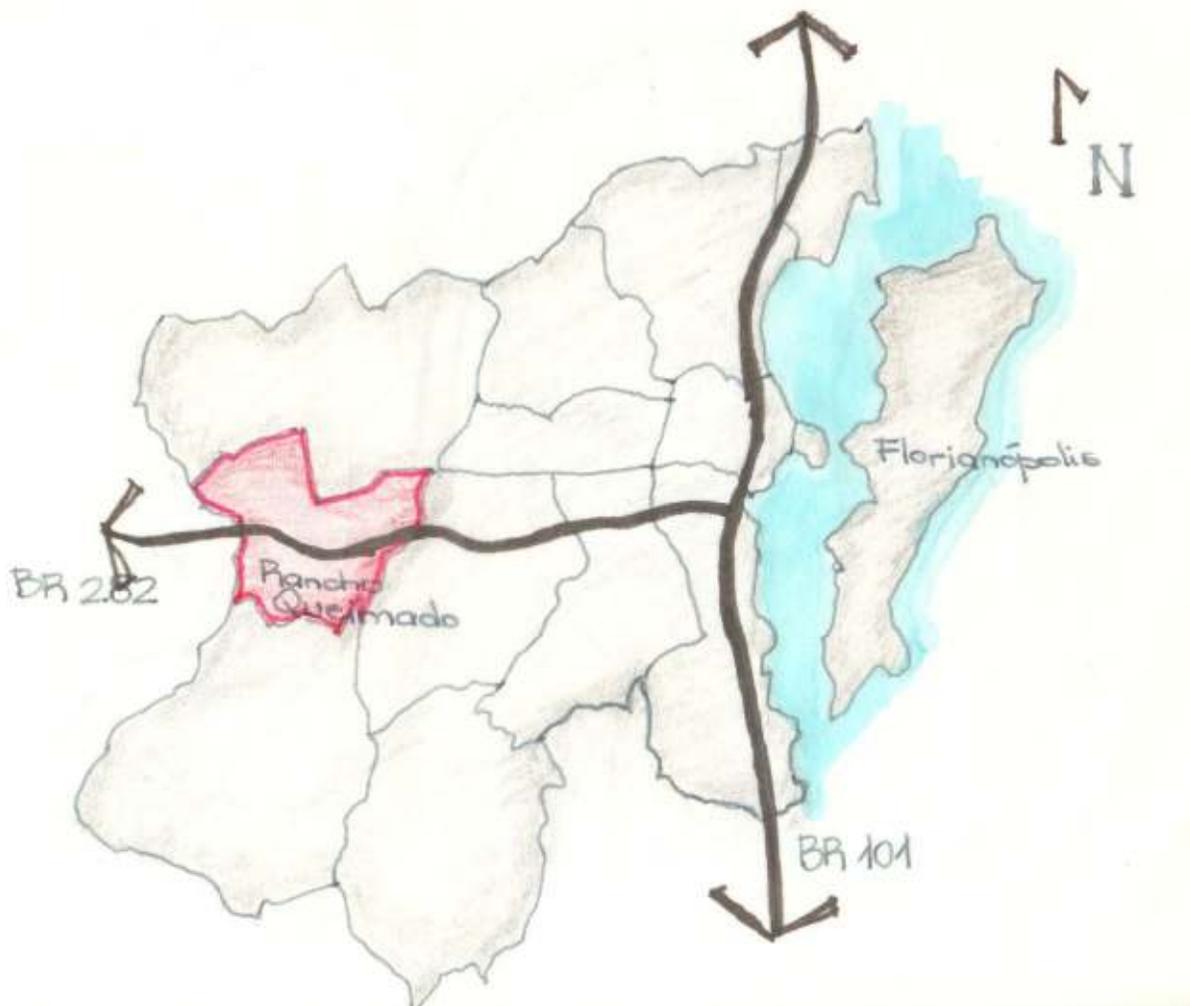


Figura 01: Rancho Queimado na Região.

## DADOS GERAIS

→**Data de Fundação:** 08 de Novembro de 1962

→**Datas Festivas:** 08 de novembro → aniversário da cidade; Novembro → Festa do Morango; Festa do Tropeiro.

→**Principais atividades econômicas:** Turismo e agricultura com destaque para a produção de cebola, feijão, tomate, milho e morango. Cultivo este que lhe confere o título de Capital catarinense do Morango.

→**População:** 2600 habitantes

→**Colonização:** alemã

→**Principais etnias:** alemã

→**Localização:** Planalto Serrano

→**Área:** 288,7m<sup>2</sup>

→**Clima:** Temperado, com temperatura média entre 10°C e 25°C

→**Altitude:** 810m acima do nível do mar

→**Cidades próximas:** Angelina, Alfredo Wagner, Águas Mornas e Anitápolis.

Embora a principal atividade econômica seja primária, a maioria da população mora no perímetro urbano e apenas 40% mantém-se na zona rural. A agropecuária é responsável por 80% de Rancho Queimado, através de 350 pequenas propriedades rurais que desenvolvem as lavouras de milho, tomate, cebola, batata e feijão.

O município ainda tem uma das maiores produções de mel do estado. Cerca de 80 produtores colhem anualmente 28 toneladas de mel produzidas a partir de vassouras do campo, flores silvestres e eucaliptos. O produto natural é comercializado na Grande Florianópolis e os apicultores estão investindo em sua produção, adquirindo máquinas mais modernas que aumentam a produtividade e garantem a qualidade em todo o processo.

Com 20% de participação na economia local, Rancho Queimado começa a desenvolver sua industrialização e já concentra empresas nos setores de bebidas, serrarias e cerâmicas. A renda familiar média calculada fica em dois salários mínimos mensais.

Como já mencionado, Rancho Queimado se destaca no turismo rural. Belas paisagens, que misturam a paisagem de montanha com o rural, compõem um cenário natural: rios, cascatas, piscinas naturais, estradas e jardins floridos. Nos últimos anos está se destacando como área de lazer e descanso, especialmente de moradores de Florianópolis, que têm instalado sítios e casas de campo para passar as férias e finais de semana. Em resultado dessa busca por refúgio, surgem condomínios fechados de moradores alienados de uma realidade que não os pertence.

No distrito de Taquaras, o patrimônio arquitetônico também atrai turistas. Ali estão localizadas a casa de campo do ex-governador Hercílio Luz, hoje Museu da Casa Hercílio Luz, construída no início do século XX; o Monumento ao Tropeiro, erguido pela comunidade em honra aos tropeiros que vinham do planalto e pernoitavam no local; a Casa do Imigrante e

a Igreja Católica, construída por Hercílio Luz em homenagem à esposa falecida.



Figura 02: Rancho Queimado.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 03: O Museu e a Igreja – Taquaras.  
Fonte: Georges Lemos.



Figura 04: Rio Taquaras.  
Fonte: Acervo pessoal.

## 2.2. RANCHO QUEIMADO E A EDUCAÇÃO

Segundo dados fornecidos pela prefeitura do município, doze estabelecimentos escolares distribuem-se pelo território de Rancho Queimado, conforme ilustrado na figura 06. Destes doze estabelecimentos, dois estão sob a responsabilidade do Estado: C.E. Prof<sup>o</sup> Marilda Lênia Araújo, localizado no distrito-sede, e única escola que oferece ensino médio à população, e E.E.B. Roberto Schütz, localizada no Distrito de Taquaras, que pode ser considerado um centro secundário do município, e oferece apenas o ensino fundamental.

As demais edificações destinadas ao ensino, não mais desempenham sua função e estão, hoje, abandonadas. As dez escolas Isoladas do município que atendiam às demais localidades como Linha Scharff, Morro Chato, Rio Bonito, Mato Francês, Invernadinha e Pinheiral, foram desativadas. A prefeitura afirma que os gastos com estas escolas eram altos para a baixa demanda atendida. E a partir do fechamento destes estabelecimentos, as crianças e jovens destas localidades foram transferidas àquelas duas escolas acima citadas.



Figura 05: Escola Isolada desativada em Linha Scharff .  
Fonte: Acervo pessoal.

Portanto, Rancho Queimado possui apenas duas unidades escolares em funcionamento, em que apenas uma oferece o Ensino Médio. Isso torna coerentes os números da Tabela 02, que apontam o número de matrículas no ensino médio quatro vezes menor que no fundamental – a maior razão na região da Grande Florianópolis.

O que acaba acontecendo, como nos demais municípios rurais da região e até do Estado, é que a conclusão do fundamental se torna o principal objetivo do aluno que mora distante do distrito-sede. Muitos são os fatores que contribuem para isso. Alguns deles são: (1) a cultura local, (2) a necessidade de dedicar-se ao trabalho com a família, em muitos

casso na agricultura, (3) a distância até a escola média mais próxima, que é acentuada pelos caminhos tortuosos e cheios de buracos, (4) o número de vagas disponíveis para o ingresso no ensino médio.<sup>[8]</sup>

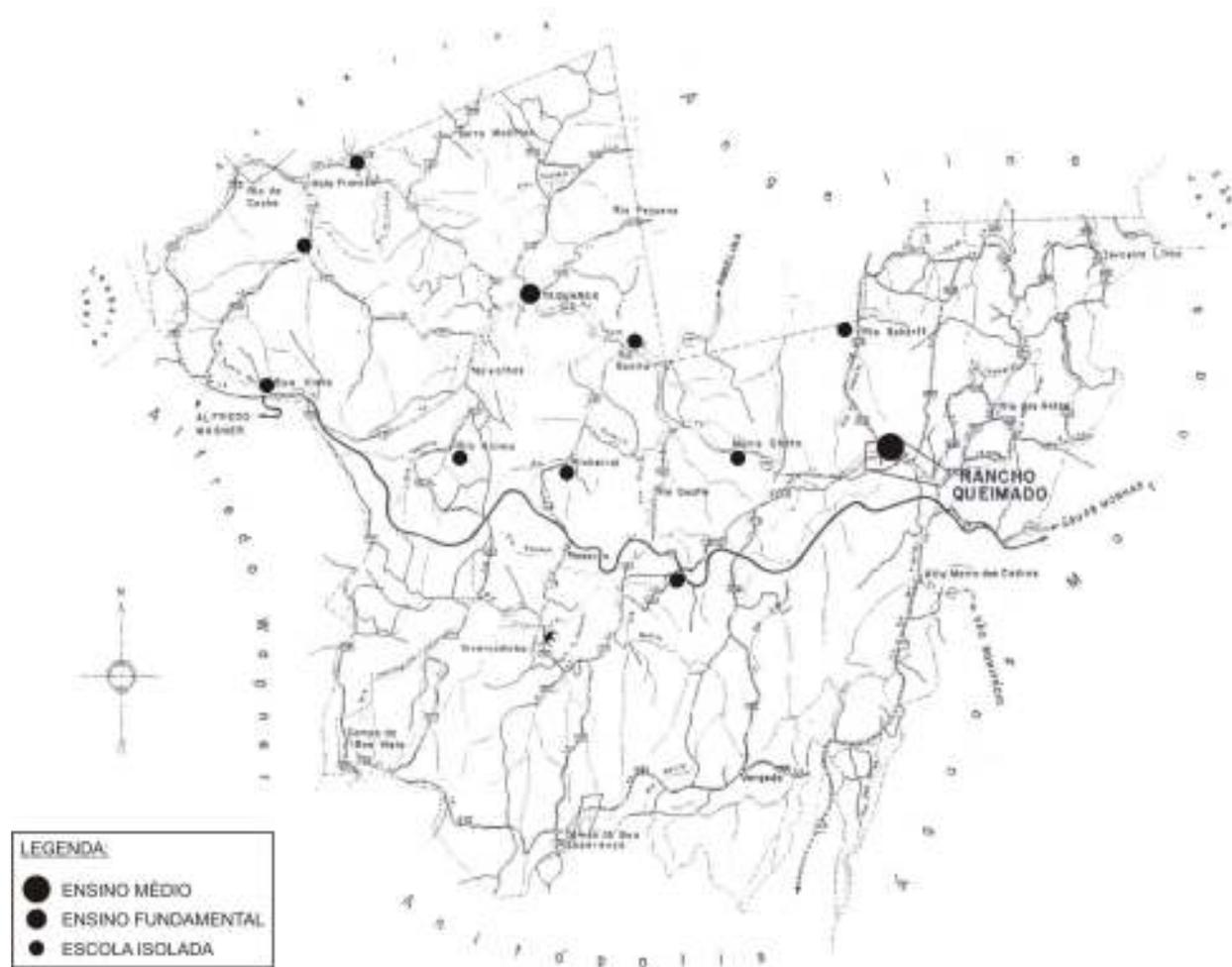


Figura 06: Escolas em Rancho Queimado.  
Fonte: Prefeitura de Rancho Queimado.

<sup>8</sup> Dados obtidos a partir de entrevistas com pais e alunos que moram no distrito de Taquaras.

Municípios	Unidade Escolar											
	Pré-escolar				Fundamental				Médio			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Águas Mornas	-	02	04	-	-	02	17	-	-	02	-	-
Angelina	-	-	07	-	-	03	16	-	-	01	-	-
Anitápolis	-	01	02	-	-	01	21	-	-	01	-	-
Antônio Carlos	-	-	04	-	-	01	08	-	-	01	-	01
Biguaçu	-	09	05	02	-	23	05	02	-	03	-	01
Florianópolis	01	30	65	58	01	44	36	40	02	25	-	20
Gov. Celso Ramos	-	03	11	01	-	03	07	-	-	01	-	-
Palhoça	-	10	26	23	-	19	28	09	-	06	-	05
Rancho Queimado	-	01	02	-	-	02	00	-	-	01	-	-
Sto. Amaro da Imperatriz	-	04	14	04	-	04	10	05	-	03	-	02
São Bonifácio	-	-	05	-	-	01	05	-	-	01	-	-
São José	-	16	18	33	-	25	18	24	01	09	01	09
São Pedro de Alcântara	-	01	04	-	-	01	03	-	-	01	-	-

**Tabela 01 – Unidades escolares de Educação Básica na Região**  
**Fonte: Dados do IBGE, 2004.**  
<http://www.ibge.gov.br>

Municípios	Matrículas											
	Pré-escolar				Fundamental				Médio			
	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada	Federal	Estadual	Municipal	Privada
Águas Mornas	-	40	67	-	-	692	296	-	-	215	-	-
Angelina	-	-	128	-	-	639	241	-	-	162	-	-
Anitápolis	-	39	128	-	-	491	288	-	-	121	-	-
Antônio Carlos	-	-	262	-	-	837	328	-	-	302	-	53
Biguaçu	-	355	579	143	-	6 720	2 141	568	-	2 589	-	110
Florianópolis	162	1 320	5 127	4 297	623	24 565	15 062	14 086	1 054	14 690	-	6 741
Gov. Celso Ramos	-	63	393	121	-	1 313	695	-	-	358	-	-
Palhoça	-	587	1 543	1 015	-	14 015	5 703	1 588	-	4 885	-	557
Rancho Queimado	-	22	57	-	-	434	53	-	-	109	-	-
Sto. Amaro da Imperatriz	-	102	348	81	-	1 572	1 200	255	-	1 096	-	118
São Bonifácio	-	-	147	-	-	301	89	-	-	141	-	-
São José	-	738	2 572	2 129	-	11 475	16 966	4 625	350	6 051	585	1 706
São Pedro de Alcântara	-	16	135	-	-	300	184	-	-	136	-	-

**Tabela 02 – Matrículas da Educação Básica na Região.**  
**Fonte: Dados do IBGE, 2004.**  
 <<http://www.ibge.gov.br>>

### 2.3. O DISTRITO DE TAQUARAS EM RANCHO QUEIMADO



Figura 07: Placas de Acesso à Taquaras.  
Fonte: Acervo Pessoal.

Distante dez quilômetros ao oeste do distrito-sede do município, o distrito de Taquaras ainda tem seu acesso por estradas tortuosas e não-pavimentadas. A principal delas, a antiga estrada que ligava o litoral do estado (Florianópolis, São José, Palhoça) à cidade de Lages, construída entre 1896 e 1904, ainda é a mais utilizada para ligar o centro de Rancho Queimado a Taquaras. Através da BR 282 existem mais dois acessos: por Rio Bonito e por Pinheiral, conforme croqui.

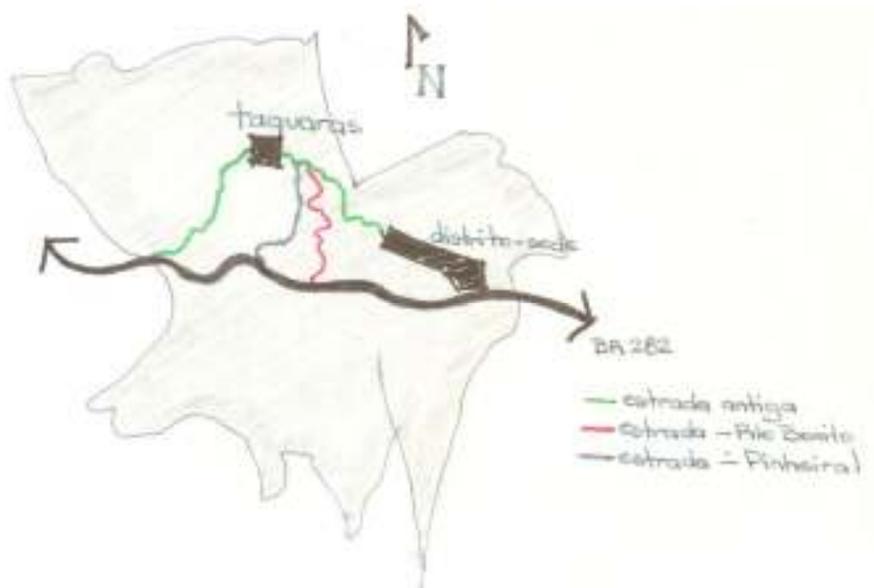


Figura 07: Acesso à Taquaras.

No vale que abriga Taquaras, encontra-se grande parte das belezas naturais do município. Numa paisagem “quase intacta”, montanhas de um verde exuberante, cachoeiras e rios conferem ao lugar um grande potencial turístico que começa a ser explorado. Além do turismo ecológico, algumas manifestações culturais atraem visitantes de outras cidades da região. Como já mencionado, Taquaras sedia a festa do Morango além de festas religiosas. Muitos desses visitantes acabam por adquirir propriedades no distrito e, aos finais de semana, aumentam a população de Taquaras.



Figura 08: Montanhas em Taquaras.  
Fonte: Acervo Pessoal.



Figura 09: Vila de Taquaras.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 10: Cachoeira em Taquaras.  
Fonte: Acervo Pessoal.

Os nativos, em geral, trabalham no cultivo da terra. Na sua maioria, são pequenos produtores agrícolas que cultivam morango, milho, cebola, etc. a plantação de pinheiros também está entre as principais atividades econômicas do Distrito. Talvez em função disso, uma serralheria foi lá instalada.

Quanto à sua estrutura urbana, a ocupação ocorreu às margens da Estrada Geral. Nos arredores da praça, a ocupação é mais densificada e não apenas à beira da estrada. Posto de saúde, centro comunitário, restaurante, hotel e posto de combustível configuram a praça e caracterizam a área como centro local, e até centro secundário de Rancho Queimado. Outros equipamentos ali próximos contribuem para isso. A Escola, a Igreja e o Museu são pontos marcantes, seja por seu valor histórico ou por sua função de congregar a população.



Figura 11: Centro de Taquaras.



Figura 12: Praça Teófilo Schütz – Taquaras.  
Fonte : Acervo pessoal.



Figura 13: Praça Teófilo Schütz.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 14: Centro de Saúde e Centro Comunitário.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 15: Praça Teófilo Schütz.  
Fonte: Acervo pessoal.

Esse é o contexto em que se insere a Escola EEB Roberto Schütz, que é objeto de estudo neste trabalho.

## 2.4. A ESCOLA EEB ROBERTO SCHÜTZ

Originada na vila de Navalhas, a escola, na época, conhecida como “Escola Mista Estadual de Navalhas”, atendia apenas alunos de 1° a 4° série do ensino primário. Não se têm registros de quando a escola começou a atender à comunidade. Sabe-se apenas que, em agosto de 1958, foi transferida para o local onde hoje está instalada, no Distrito de Taquaras.

A partir de então, o estabelecimento passa a denominar-se “Grupo Escolar” Roberto Schütz, visto que o terreno para as novas instalações foi adquirido por meio de doação dos herdeiros de Roberto Schütz.

Em 1960, o Grupo Escolar passa à categoria de Escola Reunida, e continua a lecionar apenas àqueles nos quatro primeiros anos escolares. Apenas em 1975, tornou possível o atendimento a alunos de 1° a 8° série de ensino fundamental, passando a chamar-se Escola Básica Roberto Schütz.

Até a década de 80, a Escola não disponibilizava Educação Infantil pré-escolar. Foi então que o Pré-escolar Mariazinha, sob responsabilidade do município, porém junto às instalações da escola estadual, principiou o atendimento á comunidade de Taquaras.

Mais recentemente, em 2002, com o aumento do número de matrículas, o prédio que abrigava as atividades da escola tornou-se insuficiente para atender tal demanda. Surge assim, a necessidade da ampliação de suas instalações. Em 2004, ganha uma quadra esportiva coberta que acabou por ser bastante apropriada pela inteira comunidade, em especial aos finais de semana.



Figura 16: Escola EEB Roberto Schütz.  
Fonte: Escola EEB Roberto Schütz.



Figura 17: Rua Expedicionário Adolfo Werlich.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 18: Pátio da Escola.  
Fonte: Acervo pessoal.

Atualmente, a escola tem 187 alunos matriculados, que se dividem em dois períodos. No período matutino, as turmas de 4° a 8° série que, neste ano, perfazem o total de 118 alunos. Neste período, a quantidade de salas não corresponde à real necessidade, tendo a turma da 4° série que assistir às aulas no espaço reduzido e inapropriado de um laboratório. No período vespertino, as turmas da Educação Infantil, as de 1° a 3° série e de Educação Especial totalizam 69 alunos.

Estes 187 alunos são provenientes das comunidades da porção oeste do município, como Taquaras, Mato Francês, Invernadinha, Boa Vista, Rio Pequeno, Rio Acima, Faxinal, Pinheiral, Rio Bonito e Navalhas, conforme mostra o croqui.



Figura 19: Localidades atendidas pela escola.

Aos finais de semana, a Escola disponibiliza suas instalações e seus equipamentos á toda comunidade, conforme o Programa Do Estado 'Escola Aberta'. Oferece-se à população oficinas como escolinha de futebol, aulas de alemão, informática e artesanato, além de palestras informativas a jovens e adultos.

As instalações que abrigam essas atividades incluem quadras esportivas, Biblioteca, Sala de Informática. Mas o que chama especial atenção nesses espaços é o modo como são improvisados para a realização de alguns eventos. A Sala de Informática não foi projetada para desempenhar esta função, mas a função de sala de aula. Na Biblioteca, uma sala de audiovisual improvisada no meio do salão. E como auditório, a grande sala que atenderia à Educação Especial.

Considerando ainda este aspecto das instalações da Escola, percebe-se o precário acesso às salas localizadas no nível abaixo do térreo, conforme mostra a figura 22. A partir da análise do conjunto, percebe-se claramente a baixa qualidade arquitetônica dos anexos projetados junto à edificação original, como a Pré-escola e a quadra coberta, que não conferem unidade a essa arquitetura.



Figura 20: Parque da Escola.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 21: Pré-Escola ao fundo.  
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 22: Acesso ao nível inferior.  
Fonte: Acervo pessoal.

Dessa forma, repensar o espaço escolar e sua organização é o objetivo a que se propõe este trabalho. Repensá-lo e requalificá-lo.

## **2.5. LEGISLAÇÃO URBANA**

O Plano-Diretor que hoje vigora no município de Rancho Queimado restringe-se a estabelecer leis e diretrizes apenas para o distrito-sede do município, seu perímetro urbano. Desse modo, as demais ocupações ocorridas no território de Rancho Queimado não têm qualquer controle ou planejamento por parte da Administração.

As únicas leis aplicadas a todas as localidades do município são a lei 960/96 e a 961/96. Ambas são referentes à concessão de favores fiscais a edificações. A 960/96 diz respeito à isenção fiscal às edificações de valor histórico e arquitetônico no município, o que implica em seu tombamento. Os critérios de avaliação de seu valor histórico e arquitetônico não são mencionados. A lei 961/96 trata-se da concessão de favores fiscais a casas “típicas”

construídas no município, isoladamente ou em conjunto. Esta lei merece atenção especial. Então, faz-se aqui um adendo.

O artigo 1º traduz a expressão “casas típicas” por aquelas que “apresentarem estilo/técnica arquitetônica típica conhecidos por ‘Enxaimel’, ‘Casa dos Alpes’, ‘Tirolês’ e ‘Bávaro’”. O artigo 4º prevê a especificação de elementos arquitetônicos que caracterizam estes estilos. E o 6º reza que a Prefeitura colocaria “um arquiteto à disposição dos munícipes com a finalidade de orientar e definir elementos arquitetônicos a serem efetivamente implantados no município, bem como para acompanhar as obras e fiscalizar sua execução e fidedignidade”. Essa ênfase em se buscar uma arquitetura “típica” que caracterize o lugar, talvez esteja mal orientada. Persegue-se uma arquitetura “típica” de um outro lugar, com clima e condicionantes de projeto diferentes. Embora o município tenha sido colonizado por alemães que, com certeza, tiveram grande influencia nos costumes do lugar, desde então, tem desenvolvido uma cultura única, própria. Esse estímulo (ou indução) está longe de ser um processo espontâneo.

Com a criação do Estatuto da Cidade, os municípios, em conjunto com as associações de municípios, deveriam construir, com participação direta da população, seu Plano-Diretor. Rancho Queimado passa por este processo de construção. Processo que iniciou-se em 10 de julho de 2006 com uma Audiência Pública de lançamento.

Para dar início ao trabalho, o município foi dividido em quatro distritos: Sede, Invernadinha, Taquaras e Mato Francês, conforme mostra a figura 23. Dentre eles, o que interessa a este trabalho é o de Taquaras, cuja reunião comunitária ocorreu em agosto de 2006. Nesta reunião, algumas prioridades foram estabelecidas. Em meio aos demais temas abordados, dois relacionam-se diretamente com este trabalho: Educação e Esporte-Lazer.

Na área da educação, algumas metas foram estabelecidas, como:

- Ampliar o ensino fundamental;
- Implantar o ensino médio na comunidade;
- Oferecer atividades extracurriculares;
- Possibilitar o acesso a cursos superiores e profissionalizantes;
- Fazer reformas e manutenção das escolas.

Já no campo do esporte e lazer, as metas estabelecidas foram:

- Construção de quadras esportivas;
- Incentivo de variadas modalidades de esporte;
- Criação de locais para manifestações esportivas e culturais;
- Oferecer lazer para integração de jovens e adultos;
- Oferecer mais opções de lazer.

Os desejos e ansiedades da população tornaram-se evidentes na reunião comunitária. Coincidentemente, estas ansiedades são os objetivos a que este trabalho propõe-se a atingir na criação de uma arquitetura que dê suporte a estas atividades.

### 3. ALGUMAS REFLEXÕES: QUE ARQUITETURA É ESSA?

#### 3.1. ARQUITETURA – ONDE?

##### Uma escola para Taquaras

Arquitetura escolar em Taquaras → exige que a escola atue como equipamento de cultura e lazer, suprimindo a carência de espaços que ofereçam esse tipo de atividade. Um espaço de interação e trocas, do qual a comunidade se aproprie. Isso possibilita a concretização da educação e amplia a relevância de seu papel qual centro de cultura e cidadania.

Contextualização: educação em ambiente rural implica numa arquitetura contextualizada. Para isso, é preciso levar em consideração as diferenças existentes entre a cidade e o campo, como o clima, os hábitos e a cultura. Buscar um desenho que dialogue com o lugar no qual se insere, que releve suas particularidades.

#### 3.2. ARQUITETURA – PARA QUEM, PARA QUÊ E QUANDO?

##### Usuário / Atividade / Tempo

Diferentes usuários, em tempos diferentes, para atividades diferentes.

1. Crianças e Jovens → uso durante a semana, em períodos de aula (manhã e tarde). Atividades: aulas teóricas e recreativas (ed. Física), pesquisas na biblioteca, Internet. Atividades formais e obrigatórias que exigem maior rigidez e controle.
2. Comunidade (crianças, jovens, adultos e idosos) → uso aos finais de semana no programa Escola Aberta. Atividades: oficinas, palestras, manifestações culturais, prática de esportes. Atividades recreativas – permeabilidade.

Atividades a serem oferecidas no Programa Escola Aberta:

**Oficinas:** língua estrangeira (alemão), futebol, atividades recreativas, coral, dança folclórica, informática, culinária e artesanato.

**Palestras:** educação ambiental, ética e cidadania.

## Como combinar diferentes usuários, tempos e atividade num mesmo espaço escolar?

### 3.3. ARQUITETURA – COMO?

#### 3.3.1 EM TERMOS DE FUNCIONALIDADE

##### Organização espacial

Algumas experiências de instituições escolares públicas no Brasil tiveram um forte conceito que refletiu em sua organização espacial. Neste trabalho, duas iniciativas tornaram-se referências de projeto: a Escola Parque de Salvador e os Centros Educacionais Unificados, em São Paulo.

A Escola Parque nasceu a partir da interação de arquitetos e educadores. Um personagem chave dessa interação foi o educador Anísio Teixeira, para quem a escola deveria atuar como instrumento para a estruturação da sociedade e da cidade. A idealização de Anísio Teixeira ganhou forma arquitetônica com o projeto realizado por Hélio Duarte e Diógenes Rebouças, em 1947.



Figura 24: Vista aérea da Escola Parque no bairro da Liberdade, Salvador.

Crédito: UnB/CEDOC

Fonte: Biblioteca virtual Anísio Teixeira.

A Escola Parque deveria oferecer à criança em ano letivo dias inteiros em atividades divididas em dois períodos: um de instrução seguindo o currículo escolar, nas chamadas

Escola Classe; e o outro em trabalhos como atividades sociais e artísticas e educação física, na chamada Escola Parque.

A estrutura pedagógica da escola refletiu-se na estrutura organizacional do espaço, gerando dois núcleos: a Escola Classe, com salas de aula, biblioteca, administração escolar, etc.; e a Escola Parque, com teatro, restaurante, quadra poliesportiva, oficinas de trabalhos manuais, etc.

A arquitetura deveria ser sóbria e limpa, para que a funcionalidade não se perdesse em detalhes arquitetônicos não importantes. O resultado foi uma forma arquitetônica moderna e transparência nas salas de aula cercadas de verde.

Os CEU, em São Paulo, são uma experiência mais recente também norteadas pelo conceito de escola como instrumento de apoio à estruturação social e urbana.

As atividades previstas para a escola foram estruturadas em três conjuntos : um deles para o ensino, outro para a administração e outro para a recreação. Três volumes principais que agrupam o programa são dispostos perpendicularmente, configurando um espaço que remete a uma praça urbana.



Figura 25: Praça no CEU Butantã.  
Fonte: Vitruvius.

Os CEU buscam uma nova urbanidade para seus bairros com a tentativa de um diálogo direto com características geomorfológicas como morros, várzeas e cursos d'água nos terrenos escolhidos. Quando é o caso, surge o partido que procura incorporar o curso d'água

no ambiente urbano, redesenhando suas margens, transformando as praças esportivas e as piscinas em terraços à beira d'água.



Figura 25: CEU Butantã – tratamento de curso d'água.  
Fonte: Vitruvius.

Conforme Renato Anelli, “a arquitetura dos CEU procurou gerar uma nova urbanidade onde forma e programa se encontram em um projeto de sociabilidade”. Como consequência, a intensa utilização da população.

### Então, como organizar esse novo espaço escolar?

Pensar a escola como uma praça, em que os espaços abertos sugiram os volumes da edificação. O Pátio da Escola como organizador e orientador do espaço escolar.

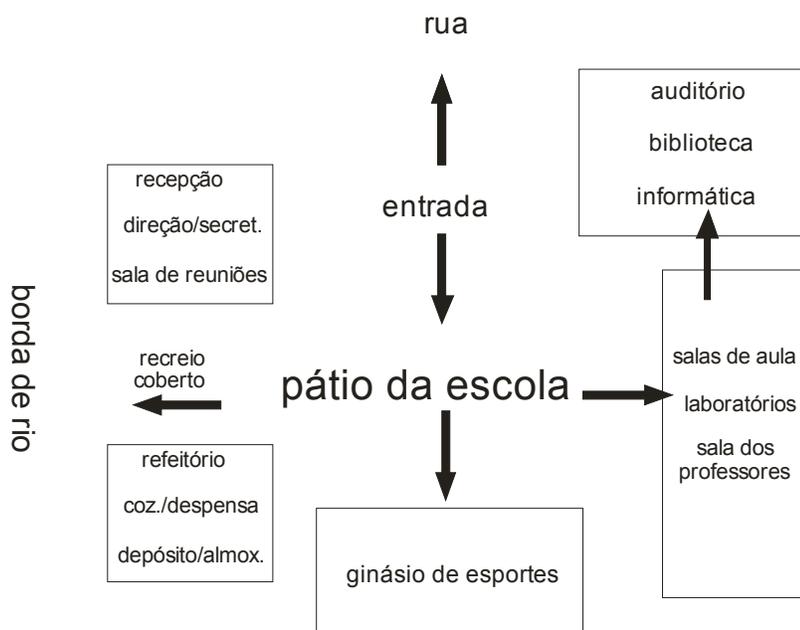


Figura 26: Organização do espaço Escolar.

Os volumes podem sugerir a estrutura da escola:

→ **Ensino:** Salas de Aula, Laboratórios, Biblioteca, Auditório.

→ **Administração:** Recepção, Secretaria, Direção, Sala dos professores, Sala de reuniões, Cozinha, Despensa, Deposito, Almojarifado.

→ **Recreação:** Refeitório, Recreio Coberto, Pátio, Ginásio de esportes.

Equipamentos como biblioteca, auditório, informática e ginásio, que terão uso aos finais de semana, poderão ter uma relação mais direta com a rua, permitindo aos usuários acesso direto e facilitado.

### **3.3.2. EM TERMOS DE LINGUAGEM ARQUITETONICA**

Usar uma linguagem que identifique-a como arquitetura escolar.

Arquitetura escolar → possui uma escala diferente da residencial que predomina no lugar. Uma escala mais ampla.

#### **Como criar uma arquitetura de escala mais ampla e ainda assim apropriada e na escala da criança?**

Um espaço adaptado ao usuário e que respeite suas limitações. Uma arquitetura que atenda suas necessidades e não perca a escala da criança. Ao mesmo tempo, o projeto deve conferir unidade à edificação, não criando intervenções pontuais dentro do terreno.

Uma linguagem moderna, com grandes planos horizontais e verticais que se interceptam. Que use grandes vãos. Mas um moderno “regional”, um moderno em Taquaras → que leve em consideração as particularidades do lugar. Uma arquitetura contextualizada, que faça uso de materiais e técnicas construtivas que expressem a ruralidade do lugar. Pode-se explorar o uso de alvenaria, madeira e pedra – característicos das construções locais – em alguns elementos como esquadrias, muros, paredes.

Neste aspecto da linguagem formal e material, alguns projetos de Lúcio Costa e Eduardo Souto de Moura transformam em imagens alguns conceitos adotados neste trabalho.

No Park Hotel São Clemente, com sua concepção rústica, Lúcio Costa explora materiais locais como a pedra e a madeira, compondo com a alvenaria e extensos panos de vidros. Dessa forma, o arquiteto faz uso de uma linguagem moderna, mas não internacional. Uma linguagem que considera o lugar no qual se insere.



Figura 27: Park Hotel São Clemente – Lúcio Costa.

Fonte: WISNIK, 2001.

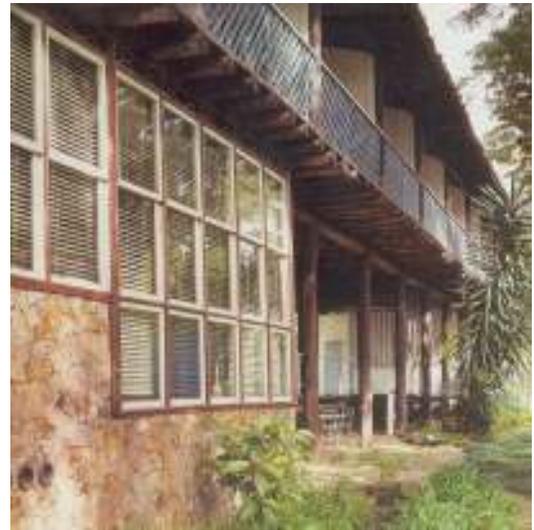


Figura 28: Park Hotel São Clemente – Lúcio Costa.

Fonte: WISNIK, 2001.

A arquitetura de Souto de Moura também faz uso de materiais como a pedra, a alvenaria aparente. Estes materiais conferem a seus projetos uma expressividade notável. Elementos como muros ou paredes de pedra e lajes de concreto se incorporam à paisagem natural, parecendo “nascidos no lugar. Além disso, o modo como trabalha com planos horizontais e verticais – a ortogonalidade de sua arquitetura. Algumas imagens ilustram o que foi considerado.

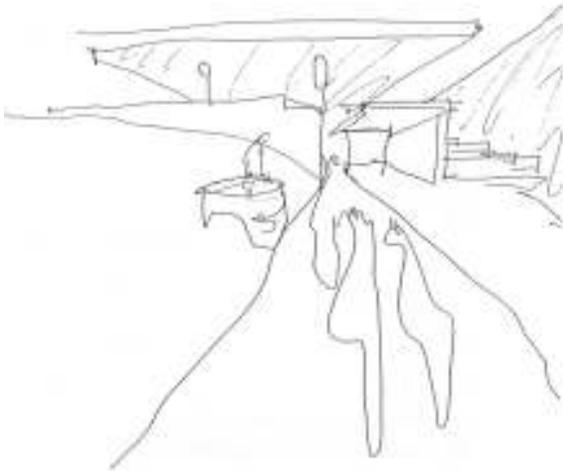


Figura 29: Croqui de Souto de Moura – planos horizontais bem marcados.

Fonte: WANG, 90.



Figura 30: Obra de Souto de Moura - Enquadramentos.

Fonte: WANG, 90.



Figura 31: Mercado de Braga – Souto de Moura.  
Grandes Planos e uso de elementos de Pedra.  
Fonte: WANG, 90.



Figura 32: Souto de Moura –  
Elementos de Pedra.  
Fonte: WANG, 90.

### **3.3.3. EM TERMOS BIOCLIMÁTICOS E DE EFICIENCIA ENERGÉTICA**

#### **Por quê?**

A arquitetura vai se inserir num meio onde uma diversidade de belezas naturais abunda – montanhas, cascatas e rios. Desta forma, faz-se necessário minorar o impacto ambiental de uma nova construção nesse cenário “quase intacto”. Defendendo este aspecto, o terreno escolhido já abriga as atuais instalações da escola.

#### **Não é um rótulo de arquitetura sustentável.**

Alguns conceitos serão incorporados no projeto, embora esse não seja o principal foco do trabalho. Neste caso, dois objetivos específicos vão ser perseguidos neste aspecto:

1. Buscar soluções que otimizem a utilização da ventilação e iluminação natural para evitar gastos desnecessários de energia elétrica;
2. Intensificar a auto-suficiência energética e de reuso de água, com o aproveitamento da energia solar e sistemas de drenagem que possibilitem o acúmulo, tratamento e reutilização da água da chuva e águas servidas.

## **4. A PROPOSTA**

No trabalho a ser desenvolvido, propõe-se a reforma e ampliação da escola EEB Roberto Schütz, para que ofereça aos alunos a possibilidade do Ensino Médio em continuação ao Fundamental, disponibilizado pelo estabelecimento. Dessa forma, o aluno, ao concluir o fundamental, não precisa se transferir à escola secundária existente no distrito-sede, mesmo porque o número de matrículas não é suficiente.

#### **Algumas características físicas do terreno**

Num entorno de montanhas e rios, o terreno que hoje abriga a escola situa-se nas imediações da praça Teófilo Schütz. Possui uma área de 6 300 m<sup>2</sup>, num declive de 4 metros a partir da rua Expedicionário Adolfo Werlich. Com boa orientação solar, o terreno recebe a incidência direta de luz até o final da tarde, quando o Sol passa a “esconder-se” atrás das montanhas localizadas em frente ao terreno.

Paralelamente ao terreno, corre o rio Taquaras. O que os separa são três pequenos lotes que ocupam essa borda de rio. Dos três, apenas um é edificado – uma residência térrea. Uma ocupação irregular que não respeita os 30 metros de afastamento do leito do rio.

Sendo assim, para o desenvolvimento deste trabalho optou-se por agregar estes três lotes ao terreno da Escola, somando uma área de 8 700 m<sup>2</sup>. Esta faixa na margem do rio será trabalhada de modo a qualificar a área para apropriação de toda a comunidade.

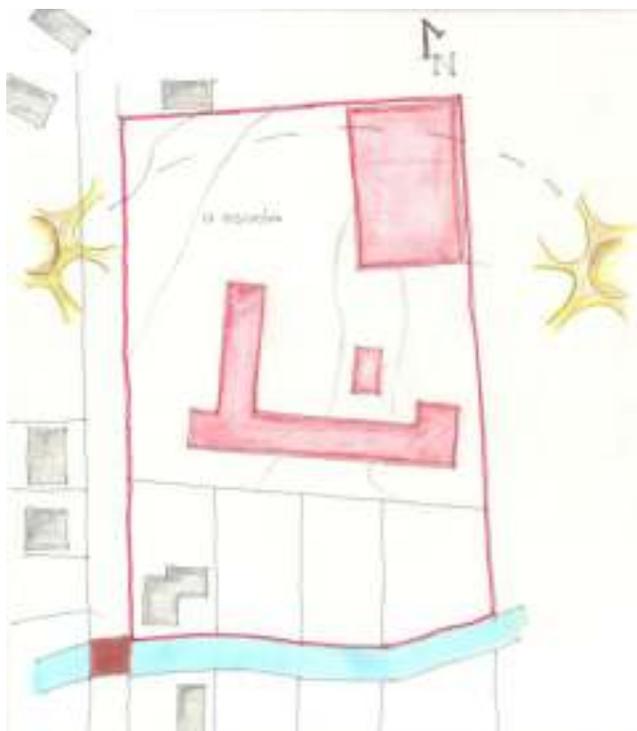


Figura 33: Incidência solar no terreno.

### 4.3. O CONCEITO

*“Porque não considerar em cada bairro, a escola, o grupo escolar, como fonte de energia educacional, como ponto de reunião social, como sede das sociedades de” amigos de bairro “, como ponto focal de convergência dos interesses que mais de perto dizem com a vida laboriosa das suas populações?”.*  
Arquiteto Hélio Duarte, 1951.<sup>9]</sup>

Essa frase de Hélio Duarte, arquiteto colaborador do projeto “Escola Parque”, em Salvador, define bem o conceito deste projeto, que visa ir além do que se tem proposto hoje para escolas públicas. Mais do que uma unidade escolar como as tantas outras do nosso

<sup>9</sup> DUARTE, Hélio. **O problema escolar e a arquitetura**. Habitat, n.4. São Paulo, jul. 1951. p.5.

Estado, cujo uso se limita aos dias e períodos de aula e a crianças e jovens matriculados, pretende-se buscar uma arquitetura que torne o espaço escolar um equipamento urbano apropriado pelas comunidades à que visa atender, assim como propõe o programa do governo “Escola Aberta”, já considerado neste trabalho.

Para que a escola possa abrigar este programa estadual de forma mais eficaz da que é realizada hoje, faz-se necessário organizar os espaços de forma diferente. Perceber que a escola é mais que uma sala retangular ou quadrada, com assentos para os alunos e um pódio para o professor; uma parede com janelas, para receber a iluminação e a ventilação externas; um corredor de comunicação entre as classes; um espaço aberto para as atividades recreativas. Pensar a escola como uma praça. Uma praça que sugira os volumes que compõem a edificação. Ter o pátio da escola, que se estende à borda do Rio agregada ao terreno, como organizador e orientador da organização do espaço.

Há outro aspecto em que busca diferenciar-se. Conforme mencionado neste trabalho, embora haja grande ênfase no Plano Estadual de Educação em se contextualizar o ensino para as áreas rurais, isso não tem ocorrido. Uma mesma solução de projeto utilizada em meio urbano é “aproveitada” para as demais escolas da região e até do Estado, não levando em consideração as diferenças existentes entre a cidade e o campo, como o clima, os hábitos e a cultura. Diante desta situação, no trabalho que se segue, propõe-se projetar **UMA ESCOLA PARA TAQUARAS**. Buscar um desenho que dialogue com o lugar no qual se insere, que leve em consideração suas particularidades. Essa contextualização, ainda se reflete no uso de tecnologias construtivas e materiais que expressem a ruralidade do lugar, como madeira, pedras, alvenaria aparente, alguns destes já usados na arquitetura local.

As belas paisagens naturais de Taquaras, ainda não sufocadas por um processo de urbanização excessivo, merecem devida atenção e respeito por parte de projetistas que lá pretendem intervir. Com a preocupação de minorar o impacto ambiental de uma nova construção nessa paisagem “quase intacta”, alguns conceitos de bioclimatismo e eficiência energética vão ser incorporados no projeto, embora esse não seja seu principal foco. Serão trabalhados alguns critérios de conforto ambiental como iluminação e ventilação natural, evitando gastos excessivos de energia. Além disso, o reaproveitamento de água da chuva e águas servidas, bem como o aquecimento da água por meio de energia solar.



Sala de audiovisual → capacidade para 30 alunos.

Auditório → para 90 pessoas.

Banheiros → 1 vaso/ 60 alunos – 4 vasos e 4 lavatórios por banheiro.

Administração: Recepção → para 2 atendentes.

Secretaria com WC

Direção com WC

Sala dos professores com WCs → para 10 professores.

Apoio: Cozinha → preparação de merendas.

Despensa / Depósito / Almoxarifado.

Recreação: Refeitório → para 40 alunos sentados.

Cantina

Recreio Coberto

Pátio da Escola + Borda de rio

Ginásio de esportes → quadra poliesportiva, vestiários, arquibancada pequena, bar.

#### **4.5. ESTUDO DE POSSIBILIDADES**

A partir do estudo da organização espacial, surgiu um partido, um lançamento de projeto esboçado na maquete física construída nesta etapa do trabalho. Consiste em três novos volumes que configuram o pátio da escola. As atividades em cada volume e suas justificativas já foram abordadas em outra parte do trabalho. Algumas fotos ilustram o partido.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como consequência deste processo de embasamento teórico, caracterização do meio em que se pretende intervir e reflexões sobre a arquitetura a ser criada, obteve-se uma definição mais clara da proposta. Definição que gerou um lançamento de projeto, um partido.

Por várias vezes essa conceituação teórica se confundiu com a etapa de projeto. Assim, ficou claro que este é um trabalho contínuo e único, o que faz deste caderno, não um produto final, mas uma etapa do processo projetual.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E DIGITAIS

BIBLIOTECA VIRTUAL ANÍSIO TEIXEIRA. **Escola Parque**. Disponível em: <<http://www.prossiga.br/anisioiteixeira.html>>. Acesso em 06 de Julho de 2007.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <[http://www.presidencia.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.presidencia.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2007.

BRASIL. **Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10172.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm)>. Acesso em: 21 de janeiro de 2007.

CARIA, Telmo Humberto L. Perspectiva sociológica sobre o conceito de educação e a diversidade das pedagogias. **Sociologia – Problemas e Práticas**. Vila Real: Celta, 1992.

CENTRO DE REFERÊNCIA EDUCACIONAL. **Rudolf Steiner**. Disponível em: <<http://www.centrorefeducacional.com.br/waldorf.htm>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2007.

EMANUEL, Teresa Cristina de Oliveira. **A Pedagogia Waldorf**. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/per14.htm>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2007.

FERRI, Cássia. **Classes multisseriadas: Que espaço escolar é esse?** Florianópolis: UFSC, 1994. (Dissertação de Mestrado)

FIGUEIREDO, J.C. **Fundamentos históricos e filosóficos da Educação**. Edições Júpiter. Belo Horizonte, 1973.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 9ª edição. Editora Paz e Terra. São Paulo, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia - SC**. Disponível em: < <http://www.sed.rct-sc.br/>>. Acesso em: 26 de novembro de 2006.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional – SDR Grande Florianópolis**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/sdr/grandeflorianopolis/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2006.

HUBERT, René. **Traité de Pédagogie Générale**. In: Fundamentos históricos e filosóficos da educação. Edições Júpiter. Belo Horizonte, 1973.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; RUTKAY, F.O.R.P. **Eficiência Energética na Arquitetura**. PW. São Paulo, 1997.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. **IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br/>>. Acesso em: 06 fevereiro 2007.

PERRENOUD, Philippe. **A Pedagogia na Escola das Diferenças. Fragmentos de uma Sociologia do Fracasso**. 2ª edição. Tradução: Cláudia Schilling. Artmed Editora. Porto Alegre, 2001.

SANTA CATARINA. **Plano Estadual de Educação**. Disponível em: <[http://www.sed.rct-sc.br/planos\\_educacao/Plano\\_estadual\\_educacao\\_2004.zip](http://www.sed.rct-sc.br/planos_educacao/Plano_estadual_educacao_2004.zip)>. Acesso em: 11 de novembro de 2006.

SANTUR. **Municípios de Santa Catarina.** Disponível em:  
<<http://www.sc.gov.br/portalturismo/MunicipiosSantur.asp>>. Acesso em: 11 de novembro de 2006.

TRIANA M., Maria Andrea. **Diretrizes para incorporar conceitos de sustentabilidade no planejamento de arquitetura residencial e multifamiliar e comercial em Florianópolis.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação, UFSC, 2005.

VITRUVIUS. **Centros Educacionais Unificados.** Disponível em:  
<<http://www.vitruvius.com.br>>. Acesso em: 12 de junho de 2007.

WANG, Wilfried. **Souto de Moura.** Editorial Gustavo Gilli, S.A. Barcelona, 1990.

WISNIK, Guilherme. **Lúcio Costa.** Série Espaços da Arte Brasileira. Cosac e Naify Edições. São Paulo, 2001.